

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**

DIRETORIA LEGISLATIVA

Rua Belém, nº 139, Embratel - Cep: 78905-130 - Fone: 3217-8044

Fls. 46  
Proc. \_\_\_\_\_  
Ass. \_\_\_\_\_

**LEI Nº. 2.076/2013 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.**

**“Dispõe sobre a concessão de Título de Utilidade Pública a instituição de natureza privada e dá outras providências”.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, Vereador **ALAN KUELSON QUEIROZ FEDER**, no uso das atribuições que lhe confere o § 6º, do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 6º, do art. 165 da Resolução nº. 254/CMPV-91 - REGIMENTO INTERNO, PROMULGA a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Poderão ser declaradas de utilidade pública as instituições sediadas neste Município, desde que sejam filantrópicas, beneficentes, de educação do ensino fundamental, médio e superior, de pesquisa científica ou de cultura, inclusive artísticas, bem como as associações de ação social, comunitárias, de moradores, recreativas, cultural ou esportivas, religiosas e maçônicas, que prestem, efetivamente, serviços ou benefícios que correspondam às suas finalidades.

**Art. 2º** - A concessão de utilidade pública se fará através de Lei, devendo a entidade interessada, com finalidade de instruir a respectiva proposição legislativa, fazer prova de que:

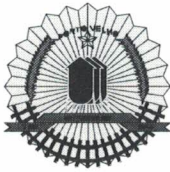
I - é inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ, e com os estatutos devidamente registrados em cartório, nos termos do Código Civil Brasileiro.

II - permanece em efetivo e contínuo funcionamento há um (01) ano, com a exata observação de seus atos constitutivos que demonstrem suas áreas de atuação.

III - conste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados por qualquer forma e que os serviços são de relevante interesse público.

IV - que a entidade não tenha fins lucrativos e que não distribua lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social e em caso de dissolução seu patrimônio será incorporado a de outra entidade congênere ou ao poder público.

V - qualificação completa dos principais representantes da entidade (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro), com expedição de certidão de nada consta da Justiça Federal e Estadual.



VI - promove a educação ou exerce atividades culturais, filantrópicas ou beneficentes, ou de pesquisas científicas.

VII - a ausência de qualquer documento deverá ser suprida pelo proponente no prazo máximo de 30 dias, para que o projeto prossiga sua tramitação regimental.

**Art. 3º** - As entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, salvo motivo de força maior ficam obrigadas a apresentar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade, no ano anterior, devidamente comprovado, no demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período, ainda que não tenham sido assistidas pelo Poder Público, ficando sob o controle da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 4º** - Poderá ser cassada a declaração de utilidade pública da entidade sem fins lucrativos que:

I - deixar de apresentar, no prazo máximo de dois anos consecutivos, o relatório a que se refere ao art. 3º desta Lei;

II - negar-se prestar serviços compreendidos em seus fins estatutários;

III - retribuir, através de qualquer forma, os membros de sua diretoria, ou lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores, ou associados.

**Art. 5º** - O Poder Executivo poderá apresentar regulamentação ao presente Projeto de Lei, se assim achar necessário.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 1.623 de 06 de outubro de 2005, nº 1.686 de 28 de agosto de 2006 e a Lei nº 1.869 de 31 de março de 2010.

Câmara Municipal de Porto Velho, 03 de outubro de 2013.

**Vereador ALAN QUEIROZ**  
**Presidente**





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
Gerência das Comissões

Fls.. 48  
Proc. \_\_\_\_\_  
Ass. \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA INSTRUÇÃO DOS**  
**PROJETOS DE LEI DE CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA**  
**(Checklist)**

**BASE LEGAL:** Art. 2º, incisos I a VII, da Lei Municipal nº 2.076, de 03 de outubro de 2013.

**Projeto de Lei nº** 4566/2023, **de autoria do(a) Ver(a)** Dr. Jádson Mota

**FAZER PROVA DE:**

( I )

**Inscrição CNPJ.**

Sim ☒ Não ☐ (Sim – fls. 06)

**Registro em Cartório do Estatuto da Pessoa Jurídica.**

Sim ☒ Não ☐ (Sim – fls. 10 a 29)

( II )

**Efetivo e contínuo funcionamento da entidade há mais de 1 (um) ano, por meio de seus Atos Constitutivos.**

Sim ☒ Não ☐ (Sim – fls. 06 (CNPJ) e fls. 30 a 33 (Relatório de Atividades))

( III )

**Declaração, reconhecida em Cartório, de que seus Membros não são remunerados sob qualquer forma e que os serviços da entidade são de relevante interesse público.**

Sim ☒ Não ☐ (Sim – fls. 04 (Declaração))

( IV )

**Que a entidade não tenha fins lucrativos e que não distribua lucros sob nenhuma forma ou pretexto, auferido mediante o exercício de suas atividades, e aplica os recursos integralmente na consecução do respectivo objetivo social, bem como que em caso de dissolução seu patrimônio seja incorporado ao de outra entidade congênere ou ao poder público.**

Sim ☐ Não ☒ (Não – “Fazer Declaração com Registro em Cartório”)

( V )

**Qualificação completa dos principais representantes da entidade (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro), com expedição de Certidão de NADA CONSTA da Justiça Federal e Estadual.**

Sim ☐ Não ☒ (Não - Fls. 09 - “Faltou as Certidões do senhor Matheus Vinícius Arruda Cruz”)

( VI )

**Que promove a educação ou exerce atividades culturais, filantrópicas ou beneficentes, ou de pesquisas científicas.**

Sim ☒ Não ☐ (Sim - Fls. 05 (Ofício) e Fls.30 a 33 (Relatório de Atividades))

( VII ) – (Não é documento – Texto compatível com “Parágrafo único”).



## Projeto de Lei nº 4566 de 2023 | Matéria devolvida ao Vereador | 24/10/2023 (Projeto de Lei nº 4566 de 2023)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

24/10/2023

#### Unidade Local

GERÊNCIA DAS COMISSÕES - GC

#### Unidade Destino

DR. JÚNIOR QUEIROZ

#### Data Encaminhamento

25/10/2023

#### Data Fim Prazo

#### Urgente ?

Não

#### Status

Matéria devolvida ao Vereador

#### Turno

#### Texto da Ação

Segue o PL 4566/2023 ao Gabinete do Autor (Ver. Dr. Júnior Queiroz), para suprir os incisos V e VI da Lei Municipal nº 2.076, de 03 de outubro de 2013, conforme itens V e VI do checklist de documentos às fls. 48, para relativas providências.

#### Usuário

[Jadson](#)

#### IP

177.221.58.202

#### Data e Hora da Edição

24 de Outubro de 2023 às 18:31

[OpenAPI](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC16

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons 4.0](#)  
[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

RUA BELÉM, Nº 139

CEP: 76820-734 | Telefone: (69) 3217-8038

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)